

PREGÃO ELETRÔNICO

2/2026

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS (200035)

OBJETO

Concessão não onerosa de uso, a título precário, de espaço físico situado nas dependências da Procuradoria da República em Minas Gerais, localizada na Avenida Brasil, nº 1877, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, para fins de exploração comercial dos serviços de lanchonete.

VALOR ESTIMADO

R\$ 86,50

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/06/2026 às 9:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
8. DOS RECURSOS.....	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

(Processo Administrativo nº1.22.000.000018/2026-36)

Torna-se público que a PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, por meio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, sediada na Avenida Brasil 1877 – Bairro Funcionários – Belo Horizonte/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada **por preço global**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a concessão não onerosa de uso, a título precário, de espaço físico situado nas dependências da Procuradoria da República em Minas Gerais, localizada na Avenida Brasil, nº 1877, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, para fins de exploração comercial dos serviços de lanchonete, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO III).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);
- 2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.12. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.6.13. empresas prestadoras de serviços das quais membro ou servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público Federal, ou ainda seu cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, sejam sócios, gerentes ou diretores, conforme dispõe o art.3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, conforme declarado nos termos constantes do modelo anexo a este edital;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

3.3.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

3.3.3. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

3.3.4. Inexiste impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

3.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.6. Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

3.3.7. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3.3.8. Observar os incisos III e IV do art. 1º e cumprir o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

3.3.9. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. em itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. em itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

- 3.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 3.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 3.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

4.1.1. Valor unitário total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro/Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.4.1. O licitante será responsabilizado administrativamente, nos termos do disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, e do art. 20 do Decreto nº 12.304/2024 por apresentar declaração falsa para fazer jus ao critério de desempate.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2. empresas brasileiras;

5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Esgotados os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

AVISO AOS LICITANTES – DECLARAÇÃO SOBRE PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Muitas empresas, por desconhecimento ou má-fé, têm declarado possuir Programa de Integridade sem, de fato, atendê-lo. Essa conduta configura declaração falsa, sujeitando a empresa à desclassificação imediata e às sanções do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

O pregoeiro exigirá a comprovação do Programa caso a empresa se beneficie do critério de desempate.

→ Assinale a opção “Programa de Integridade”, no momento de registrar sua proposta no compras, apenas se efetivamente o tiver implementado.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante terá a proposta recusada, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5. Verificada a conformidade, o pregoeiro poderá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

6.5.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.5.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.5.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

- a) por solicitação fundamentada do licitante, no chat do sistema, antes de findo o prazo;
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

6.6.2. **A proposta adequada/atualizada deverá ser enviada pelo sistema, com os seguintes documentos complementares:**

- a) Declaração de Regularidade – Resolução CNMP (Anexo II);
- b) Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo, Não Exploração De Trabalho Infantojuvenil e Não Discriminação (Anexo II);
- c) Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza dos Serviços (Anexo II);
- d) Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta Máxima admitida para enquadramento como EPP (Anexo III);
- e) Declaração de Empresa Optante pelo Simples Nacional (ANEXO IV), se for o caso.
- f) Cópia do documento de identidade do responsável pela assinatura do contrato.

6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

6.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. O pregoeiro poderá estabelecer e comunicar, via *chat*, tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação do fornecedor para o diálogo. **O licitante que não manifestar presença, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, será desclassificado, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.**

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

7.1.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, na fase de habilitação, a respectiva documentação atualizada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

7.2. Habilitação jurídica:

- 7.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009.;
- 7.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.2.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 7.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.2.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 7.2.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 7.3.1. regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - 7.3.2. regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - 7.3.3. regularidade perante a Justiça do Trabalho;
 - 7.3.4. regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - 7.3.5. caso o licitante seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.5. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

- a) por solicitação fundamentada do licitante, no chat do sistema, antes de findo o prazo;
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.13, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas, para:

7.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.21. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.21.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. O termo de contrato será assinado por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

8.3.1. Alternativamente à assinatura eletrônica, a Administração poderá encaminhar o termo de contrato para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou e-mail, para que seja assinada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.2.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na [Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023.](#)

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.2.5. fraudar a licitação

10.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.2.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.3.1. advertência;

10.3.2. multa;

10.3.3. impedimento de licitar e contratar e

10.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

10.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.4.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5.1. Para as infrações previstas nos itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.5.2. Para as infrações previstas nos itens 10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.2.7 e 10.2.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.2.4, 10.2.5, 10.2.6, 10.2.7 e 10.2.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados exclusivamente por forma eletrônica, pelo e-mail prmg-slde@mpf.mp.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. **ANEXO I** – Termo de Referência

12.11.1.1. **Anexo I-A** – Cardápio Básico de Fornecimento;

12.11.1.2. **Anexo I-B** – Das Especificações;

12.11.1.3. **Anexo I-C** – Da Higiene Ambiental;

12.11.1.4. **Anexo I-D** – Pesquisa de Satisfação;

12.11.1.5. **Anexo I-E** – Declaração de Vistoria;

12.11.1.6. **Anexo I-F** – Declaração de Atendimento a Normas e Leis Específicas;

12.11.1.7. **Anexo I-G** – Tabela de Multas;

12.11.1.8. **Anexo I-H** - Minuta do contrato de cessão.

12.11.2. **ANEXO II** – Modelo de Formulário de Orçamento e Declarações.

12.11.3. **ANEXO III** – Modelo de Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública.

12.11.4. **ANEXO IV** – Declaração de Empresa Optante pelo Simples Nacional.

Belo Horizonte, *na data da assinatura*

Fabio Eduardo Pinto Coelho
Pregoeiro



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

1. DO OBJETO

- 1.1. Trata-se de concessão não onerosa de uso, a título precário, de espaço físico situado nas dependências da Procuradoria da República em Minas Gerais, localizada na Avenida Brasil, nº 1877, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, para fins de exploração comercial dos serviços de lanchonete.
- 1.2. Para esse fim, será disponibilizada área total de 36,19 m², assim distribuída: 11,02 m² destinados à cozinha; 22,08 m² à área de atendimento, equipada com balcão em granito medindo 0,50 x 2,93; além dois depósitos, com áreas de 1,55 m² e 1,54 m², respectivamente.
- 1.3. A concessão não onerosa de uso do espaço será formalizada mediante processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, visando à exploração exclusiva das atividades de preparo e comercialização de produtos alimentícios.
- 1.4. A concessão não onerosa de uso do espaço não exime a **CESSIONÁRIA** da obrigação de fornecer, às suas expensas, todos os equipamentos e mobiliários necessários ao pleno funcionamento da lanchonete, observadas as especificações constantes do **ANEXO I-B**.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A medida justifica-se pela necessidade de prover a Procuradoria da República em Minas Gerais (PRMG) de infraestrutura adequada e segura para a oferta de lanches de qualidade aos seus usuários, considerando o fluxo diário estimado de aproximadamente 400 pessoas nas dependências do edifício.
- 2.2. Ressalta-se que a destinação da área para instalação da lanchonete não compromete nem interfere nos espaços voltados à atividade-fim da PRMG, uma vez que o consumo dos produtos ocorrerá na área externa localizada no pavimento pilotis, preservando-se integralmente as áreas institucionais.
- 2.3. As áreas disponibilizadas (cozinha, área de atendimento e depósitos) foram originalmente



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

projetadas para essa finalidade, ficando cedidas à **CESSIONÁRIA**, enquanto a área externa do pavimento permanecerá destinada à convivência dos usuários do edifício, podendo também ser utilizada para o consumo dos produtos comercializados.

- 2.4. Ademais, por se tratar de uma atividade alheia às atribuições institucionais da **CEDENTE**, não se mostra adequado o dispêndio de recursos administrativos para a gestão direta de serviços de alimentação, razão pela qual a contratação de terceiros se apresenta como a solução mais eficiente e alinhada ao interesse público, garantindo o acesso a produtos de qualidade.
- 2.5. Por fim, conforme levantamento realizado por meio de pesquisa de intenção junto ao público interno, estimou-se o consumo médio diário de 75 (setenta e cinco) lanches. Tal parâmetro orienta a capacidade mínima de atendimento e serve como referência de viabilidade econômica para a **CESSIONÁRIA**, tendo sido definido com base no princípio da prudência administrativa e nas atuais condições de funcionamento da PRMG, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar elaborado.

3. OBJETIVO

- 3.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os requisitos mínimos e as diretrizes gerais para a concessão de uso não onerosa do espaço destinado a essa finalidade. Para tanto, este documento foi elaborado com fundamento no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Por força da Lei nº 10.522/2022 (art. 6º e 6-A), que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, alterada pela Lei nº 14.973/2024, é obrigatória a consulta prévia ao CADIN, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, para celebração de contratos. A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a realização da contratação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.2.1. É de responsabilidade da **CESSIONÁRIA** a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de qualquer natureza, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na Norma Brasileira ABNT NBR 10004:2004 e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

4.3. SUBCONTRATAÇÃO

- 4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

- 4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. TERMOS E ABREVIATURAS

- 5.1. **CEDENTE:** União, representada pelo Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, neste ato representada por seu Procurador-Chefe.
- 5.2. **CESSIONÁRIA:** Pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, que assumirá a obrigação de cumprir integralmente as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, em seus Anexos e no respectivo contrato.
- 5.3. **PRMG:** Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, sediada na Avenida Brasil, nº 1877, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte/MG.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

- 5.4. **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** Atividade exercida por servidor formalmente designado, responsável pelo acompanhamento, controle e verificação da execução contratual, com vistas ao fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas.
- 5.5. **CLIENTE(s):** Membros e servidores do quadro de pessoal da Procuradoria da República em Minas Gerais e da Procuradoria Regional da República da 6ª Região, estagiários, empregados de empresas prestadoras de serviços e, de forma subsidiária, visitantes devidamente identificados e autorizados.
- 5.6. **CONCESSÃO DE USO:** Contrato administrativo por meio do qual o Poder Público atribui à particular a utilização exclusiva de um bem de seu domínio, para exploração conforme sua destinação específica e nas condições estabelecidas no instrumento contratual.

6. DAS PECULIARIDADES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Os serviços deverão observar rigorosamente as normas higiênico-sanitárias aplicáveis à manipulação, industrialização, preparo e venda de alimentos, em especial as Resoluções nº 216, de 15/09/04, e nº 52, de 29/09/2014, da Anvisa, que dispõem sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.
- 6.2. A clientela será composta por membros e servidores do quadro de pessoal da Procuradoria da República em Minas Gerais e da Procuradoria Regional da República da 6ª Região, estagiários, empregados de empresas prestadoras de serviços e, de forma subsidiária, visitantes devidamente identificados e autorizados pelo **CEDENTE**.
- 6.3. Fica vedada a produção de alimentos para atender público diverso do constante no subitem acima.
- 6.4. Será permitida a comercialização de produtos não constantes no **ANEXO I-A**, desde que previamente autorizada pelo **CEDENTE**.
- 6.5. Os alimentos deverão ser preparados e servidos no mesmo dia de sua disponibilização, com adequada apresentação, observando-se rigorosos padrões de higiene e técnicas culinárias, com a utilização de gêneros alimentícios de primeira qualidade e procedência idônea.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

- 6.6. É expressamente vedado o reaproveitamento de alimentos preparados em dias anteriores, sob qualquer hipótese.
- 6.7. Os alimentos deverão ser preparados com observância de critérios nutricionais que contribuam para a prevenção ou minimização de doenças crônicas não transmissíveis, especialmente aquelas de maior impacto em saúde pública, como obesidade, hipertensão arterial e diabetes.
- 6.8. No preparo dos lanches, não será permitida a utilização de produtos de fabricação caseira, devendo-se priorizar o uso de insumos de qualidade comprovada, preferencialmente oriundos de cultivo sem agrotóxicos, bem como evitar o uso de organismos geneticamente modificados.
- 6.9. Os alimentos quentes que não forem preparados no momento do consumo, tais como salgados fritos ou assados, deverão ser mantidos em balcões térmicos adequados, sendo permitido seu aquecimento em forno micro-ondas quando solicitado pelo usuário.
- 6.10. Os utensílios utilizados no serviço deverão consistir, preferencialmente, em pratos e xícaras de louça branca, talheres em aço inoxidável e copos de vidro, admitindo-se, alternativamente, o uso de materiais descartáveis, mediante solicitação do usuário.

7. DO PRAZO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

- 7.1. A prestação dos serviços de lanchonete deverá ocorrer de **segunda a sexta-feira**, exceto nos dias em que não houver expediente na Instituição. O atendimento ao público será realizado no horário das **09h00 às 18h00**, podendo ser alterado a critério da **CEDENTE**, mediante justificativa e comunicação prévia.
- 7.2. O acesso e a saída dos empregados da **CESSIONÁRIA** poderão ocorrer em horários distintos daqueles destinados ao atendimento ao público, desde que compreendidos entre **08h00 e 20h00**, exclusivamente para a realização de atividades preparatórias, tais como o preparo dos alimentos e a higienização do espaço.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

8. DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A preparação dos alimentos poderá ser acompanhada por representante designado pela **CEDENTE**, em conjunto com profissional qualificado credenciado pela **CESSIONÁRIA**. As atividades de fiscalização serão realizadas sempre que a **CEDENTE** julgar pertinente, com o devido registro formal das ocorrências e orientações expedidas.
- 8.2. A fiscalização exercida pela **CEDENTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CESSIONÁRIA** quanto ao cumprimento das normas sanitárias e demais exigências legais, inclusive perante os órgãos de vigilância em saúde, permanecendo obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.
- 8.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da **CEDENTE**, não eximirá a **CESSIONÁRIA** da responsabilidade integral pela adequada execução dos serviços contratados.
- 8.4. A fiscalização do contrato será exercida por servidor formalmente designado, a quem competirá acompanhar a execução contratual e verificar o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas.

9. DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE

- 9.1. A concessão de uso não onerosa para fins de exploração comercial dos serviços de lanchonete observará as seguintes condições:

LANCHONETE

Serviço: Preparação e comercialização de lanches em geral.

Preços: conforme estabelecido no **ANEXO I-A**, aplicando-se o desconto ofertado na licitação.

Quantidade estimada: aproximadamente 75 (setenta e cinco) lanches diários.

- 9.2. Os lanches deverão ser preparados e servidos em conformidade com as especificações constantes do **ANEXO I-A**, admitindo-se a oferta de produtos adicionais, a substituição de itens indisponíveis no mercado ou a suspensão daqueles sem aceitação pelos clientes, mediante prévia autorização da **CEDENTE**.
- 9.3. A **CESSIONÁRIA** poderá disponibilizar serviço de entrega interna (“disque lanche”) durante



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

todo o horário de funcionamento, para atendimento em quaisquer dependências da Procuradoria da República em Minas Gerais, observadas as seguintes condições: pedido mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais); prazo máximo de entrega de 30 (trinta) minutos, contado da finalização do pedido; inexistência de cobrança adicional; realização dos pedidos por telefone; e entrega de comanda ou recibo contendo o registro dos horários de atendimento e entrega. As entregas deverão ser realizadas por empregados da própria **CESSIONÁRIA**.

- 9.4. Para a entrega de lanches líquidos solicitados por meio do serviço de “disque lanche”, deverá ser utilizado o elevador de serviço. O uso de elevadores sociais será admitido apenas quando os produtos estiverem devidamente acondicionados, cabendo à **CESSIONÁRIA** a responsabilidade por quaisquer ocorrências decorrentes dessa utilização.
- 9.5. A presente concessão assegura exclusividade à **CESSIONÁRIA** apenas no âmbito da lanchonete, não se estendendo aos demais setores ou eventos realizados pela PRMG, nem à alimentação trazida ou adquirida de terceiros por membros, servidores, estagiários ou prestadores de serviços.
- 9.6. A utilização do espaço concedido à **CESSIONÁRIA** será restrita à execução dos serviços previstos no objeto, salvo autorização prévia e expressa da **CEDENTE**, em caráter excepcional e desde que não haja prejuízo ao funcionamento regular da lanchonete.
- 9.7. A **CESSIONÁRIA** deverá manter, diariamente, a oferta mínima de: 3 (três) opções de sanduíches preparados na chapa ou sanduicheira (incluindo ao menos uma opção integral), salgados diversos, pão de queijo, sucos naturais e vitaminas, sucos industrializados, refrigerantes e outras bebidas industrializadas, conforme previsto no **ANEXO I-A**.
- 9.8. Em razão da baixa aceitação e da elevada perecibilidade, não será obrigatória a disponibilização de sanduíches naturais no cardápio básico, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 9.9. O pagamento dos produtos será realizado diretamente pelo cliente à **CESSIONÁRIA**, não cabendo à **CEDENTE** qualquer responsabilidade ou intermediação nesse processo.
- 9.10. Os preços máximos autorizados constam do **ANEXO I-A** e foram definidos com base em pesquisa de mercado realizada em estabelecimentos localizados em Belo Horizonte/MG, conforme metodologia descrita no Estudo Técnico Preliminar.
- 9.11. A tabela de preços de todos os produtos listados no **ANEXO I-A**, já contemplando o desconto ofertado na licitação, deverá ser afixada em local visível ao público, admitindo-se reajuste



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

anual com base no **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, após o prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado realizado pela **CEDENTE**, em **30/03/2026**.

- 9.12. A inclusão de novos produtos dependerá de prévia aprovação da **CEDENTE**, devendo seus preços observar os valores praticados no mercado.
- 9.13. A **CESSIONÁRIA** deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes formas de pagamento: PIX, cartão de débito e cartão de crédito, bem como manter numerário em espécie suficiente para fornecimento de troco aos clientes.

10. OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

- 10.1. Responsabilizar-se por todos e quaisquer serviços de instalação, montagem e adequação necessários ao início das atividades da lanchonete, bem como por aqueles que se fizerem necessários durante a vigência contratual, mediante prévia autorização da **CEDENTE**.
- 10.2. Compor e manter equipe de trabalho suficiente e qualificada para a adequada execução dos serviços, assegurando o atendimento durante todo o horário de funcionamento, com observância dos padrões de qualidade exigidos, devidamente uniformizada e equipada com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06);
- 10.3. Responsabilizar-se pelos danos, de qualquer natureza, causados a seus empregados, a terceiros ou ao patrimônio da **CEDENTE**, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome atuar.
- 10.4. Manter, na execução dos serviços, apenas empregados regularmente contratados, com idoneidade moral e qualificação profissional compatível, apresentando à **CEDENTE**, **sempre que solicitado**, os comprovantes de recolhimento de FGTS e INSS, cópia da folha de pagamento, comprovante do pagamento de todos os encargos trabalhistas e benefícios referentes ao mês anterior ao da prestação dos serviços e comprovantes da regularidade fiscal da empresa junto ao INSS, FGTS e Fazenda Federal.
- 10.5. Substituir imediatamente, sempre que exigido pela **CEDENTE**, independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja conduta, desempenho ou permanência seja considerada prejudicial ou inconveniente ao serviço, devendo o substituto possuir qualificação profissional



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

compatível.

- 10.6. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais decorrentes da execução contratual.
- 10.7. Fornecer 2 (dois) cilindros de gás GLP de 45 kg, cujos custos serão rateados entre **CEDENTE** e **CESSIONÁRIA**, conforme medição mensal.
- 10.8. Disponibilizar funcionário para acompanhar os fornecedores ou visitantes solicitados pela **CESSIONÁRIA**, nas dependências do PRMG.
- 10.9. Assegurar o cumprimento dos padrões de qualidade estabelecidos pela **CEDENTE**.
- 10.10. Manter seus empregados uniformizados, bem como garantir o uso dos EPIs quando exigido.
- 10.11. Assegurar que seus empregados utilizem vestimentas adequadas ao ambiente de trabalho, vedado o uso de trajes incompatíveis com o decoro profissional, observando padrões de higiene, apresentação pessoal e adequação visual compatíveis com serviços de alimentação
- 10.12. Afastar imediatamente qualquer empregado que se apresente sem uniforme, sem EPI, sem identificação funcional (crachá), que dificulte a fiscalização ou que prejudique o bom andamento dos serviços, ou cuja permanência na área seja julgada inconveniente.
- 10.13. Cumprir integralmente as especificações constantes do **ANEXO I-B**, bem como as normas de higiene ambiental previstas no **ANEXO I-C**.
- 10.14. Responsabilizar-se pelo adequado recolhimento e descarte dos resíduos gerados, em conformidade com o disposto no **ANEXO I-C**.
- 10.15. Arcar mensalmente com o pagamento proporcional dos custos de água, energia elétrica e vigilância, a título de rateio das despesas, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 10.16. Observar integralmente a legislação sanitária vigente, responsabilizando-se por eventuais autuações, penalidades ou danos causados aos usuários em decorrência dos produtos fornecidos, sendo considerada falta grave a interdição da lanchonete por quaisquer irregularidades.
- 10.17. Comunicar formalmente ao fiscal do contrato, de maneira detalhada, qualquer ocorrência relevante, inclusive acidentes ou alterações na rotina de execução dos serviços.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

- 10.18. Abster-se de comercializar ou fornecer bebidas alcoólicas, cigarros ou produtos correlatos nas dependências da **CEDENTE**, salvo mediante autorização expressa.
- 10.19. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do contrato.
- 10.20. Providenciar, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ao exercício de suas atividades.
- 10.21. Fornecer, às suas expensas, todo o mobiliário, equipamentos e utensílios necessários ao pleno funcionamento da lanchonete.

11. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

- 11.1. Exercer a fiscalização da execução contratual, atestando os serviços prestados pela **CESSIONÁRIA**.
- 11.2. Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.3. Realizar, semestralmente, pesquisa de satisfação junto a, no mínimo, 50 (cinquenta) usuários dos serviços de lanchonete, adotando escala de avaliação de 0 (zero) a 100 (cem), cuja média aritmética corresponderá ao índice de satisfação do usuário, conforme **ANEXO I-D**.
- 11.4. Encaminhar à gestão de contratos da PRMG o índice de satisfação dos usuários apurado na forma do item anterior.
- 11.5. Prestar, em tempo hábil, os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços.
- 11.6. Notificar, por escrito e com a devida antecedência, quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual (multas, danos causados, índice de satisfação dos usuários inferior a 70 e outros).
- 11.7. Realizar inspeções periódicas nas dependências da cozinha e da lanchonete, com o objetivo de verificar as condições de higiene, o adequado manuseio e preparo dos alimentos, o asseio dos profissionais, bem como a organização e limpeza das instalações, determinando a imediata adoção das medidas corretivas cabíveis
- 11.8. Solicitar, sempre que necessário, a realização de inspeções por órgãos oficiais competentes, a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

fim de verificar as condições sanitárias da lanchonete.

- 11.9. Comunicar, com a antecedência necessária, eventuais alterações nos horários de funcionamento da lanchonete, bem como a realização de eventos que possam impactar o fornecimento de lanches.
- 11.10. Manter canal institucional para o recebimento de manifestações, sugestões ou denúncias relativas à execução do contrato, por meio de endereço eletrônico ou outra ferramenta institucional disponível, assegurando seu tratamento pelo fiscal do contrato.

12. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1. A licitação será realizada na forma eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR GRUPO**, apurado a partir da aplicação de descontos sobre os itens constantes da tabela do **ANEXO I-A**, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. Os preços máximos admitidos para cada item estão estabelecidos na tabela do **ANEXO I-A**.
- 12.3. O licitante poderá apresentar **descontos diferenciados por item**, os quais incidirão sobre os respectivos preços máximos fixados.
- 12.4. Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO POR GRUPO**, assim entendido como o menor valor global resultante da soma dos itens que compõem o grupo, após a aplicação dos descontos ofertados.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1. A **CESSIONÁRIA** pagará mensalmente à **CEDENTE** valor correspondente ao rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica, mediante a aplicação do percentual abaixo especificado sobre os valores totais das faturas mensais do edifício-sede da Procuradoria da República em Minas Gerais:
 - 13.1.1. Incidência de **0,50% (cinquenta centésimos por cento)** sobre os valores totais das despesas com energia elétrica, água e vigilância custeadas pela PRMG, cujos valores estimados, com base nas faturas recentes, correspondem, respectivamente, a R\$ 275,70, R\$ 40,07 e R\$ 327,10, totalizando o montante



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

estimado mensal de R\$ 642,87 (seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

13.1.2. O valor estimado mensal do rateio das despesas do edifício é de R\$ 642,87 (seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos), perfazendo o montante anual estimado de R\$ 7.714,48 (sete mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos).

13.1.3. Os valores efetivamente devidos a título de rateio serão apurados com base nas faturas vencidas no mês imediatamente anterior, conforme informado pela **CEDENTE**.

13.2. O pagamento à **CEDENTE**, correspondente ao rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica, deverá ser efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencimento da respectiva fatura.

13.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos por parte da **CESSIONÁRIA**, desde que a **CEDENTE** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela **CESSIONÁRIA**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, em que:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = índice de atualização financeira, correspondente a 0,0001643.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços das bebidas e dos alimentos inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado realizado pela **CEDENTE**, em **30/03/2026**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

- 14.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no subitem anterior, a **CEDENTE** deverá iniciar o procedimento para reajuste dos preços iniciais, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, cientificando a **CESSIONÁRIA** do início da instrução.
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4. Não iniciado o procedimento de reajuste pela **CEDENTE**, compete à **CESSIONÁRIA** solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a **CESSIONÁRIA** suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.
- 14.5. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no subitem 14.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da **CESSIONÁRIA**, de percentual a ser reajustado.
- 14.6. Em caso de ausência de manifestação da **CESSIONÁRIA** sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pela **CEDENTE**.
- 14.7. Independentemente do requerimento de reajuste de preços, a **CEDENTE** verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos preços em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores contratuais vigentes.
- 14.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, os preços serão reajustados pela última variação conhecida, devendo a diferença ser reajustada tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 14.9. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço, por meio de termo aditivo.
- 14.11. O reajuste será realizado por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

15. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 15.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, mediante termo aditivo, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as condições de habilitação e contratação.
- 15.2. A **CESSIONÁRIA** deverá iniciar a exploração dos serviços de lanchonete no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, admitida prorrogação, a critério da Administração, mediante justificativa devidamente fundamentada.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023, que dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.
- 16.2. A **multa de mora** possui natureza cível e se distingue da **multa sancionatória** prevista no art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.3. A aplicação da **multa de mora** não impedirá que a Administração a converta em **multa compensatória** e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021. Nesse caso, a multa compensatória constitui o valor mínimo da indenização devida, cabendo indenização suplementar sempre que o montante da multa não for suficiente para assegurar a reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 16.4. O atraso injustificado na execução contratual sujeitará a **CESSIONÁRIA** à **multa de mora**, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor devido à **CESSIONÁRIA**, no mês anterior, a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica, correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20 (vinte) dias.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

- 16.5. A **mora da obrigação principal** configura a infração do art. 155, VII, da Lei nº 14.133/2021 (ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado) a partir do 20º (vigésimo) dia de atraso.
- 16.6. A **mora das obrigações secundárias** configura a infração do art. 155, I, da Lei nº 14.133/2021 (dar causa à inexecução parcial do contrato) a partir do 20º (vigésimo) dia de atraso.
- 16.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias das obrigações autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme previsto no art. 137, I, da Lei n. 14.133/2021.
- 16.8. As **multas contratuais** encontram-se previstas no **ANEXO I-F**, possuem natureza cível e se distinguem da **multa sancionatória**.
- 16.9. A **CESSIONÁRIA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.10. Serão aplicadas à **CESSIONÁRIA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 16.10.1. **Advertência**, quando a **CESSIONÁRIA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

- 16.10.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 16.9 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 16.10.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 16.9 deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- 16.10.4. **Multa Sancionatória** (art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021), quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 16.9 deste Termo de Referência, a ser calculada na forma do subitem 16.11, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 16.11. Serão observados os seguintes critérios para a quantificação da multa sancionatória, no caso das infrações previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 16.9 deste Termo de Referência:
- 16.11.1. **dar causa à inexecução parcial do contrato**: 0,5% a 10% do valor anual estimado devido à **CESSIONÁRIA** a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica;
- 16.11.2. **dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo**: 10% a 20% do valor anual estimado devido à **CESSIONÁRIA** a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica;
- 16.11.3. **dar causa à inexecução total do contrato**: 20% a 30% do valor anual estimado devido à **CESSIONÁRIA** a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica;
- 16.11.4. **ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

contratação direta sem motivo justificado: 0,5% a 30% do valor anual estimado devido à **CESSIONÁRIA** a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica.

- 16.12. Os limites mínimo ou máximo estabelecidos no subitem 16.11 deste Termo de Referência não poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria da sanção previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.
- 16.13. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pela **CESSIONÁRIA**, a incidência das seguintes situações, conforme art. 21, §1º, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023:
- a) alteração do projeto ou especificações pela Administração;
 - b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
 - c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
 - d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
 - e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
 - f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 16.14. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil em razão da demora, segundo parecer da área demandante, restará configurada inexecução contratual.
- 16.15. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CEDENTE**.
- 16.16. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 16.17. As **multas contratuais**, de natureza cível, tal como a **multa de mora**, poderão ser cobradas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

por meio de processo sumário específico, possibilitando prazo razoável para a defesa, motivação da decisão e possibilidade de pedido de reconsideração e recurso, conforme disposto no art. 83 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

- 16.18. Quando a **multa de mora** e outras penalidades contratuais, de natureza cível, forem conexas com infração administrativa, poderá seu processo e aplicação ser feita no mesmo processo, salvo quando inconveniente em razão da demora ou da sua complexidade.
- 16.19. Tanto as **multas contratuais** e a **multa de mora**, de natureza cível, quanto as **multas sancionatórias** do art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021, serão cobradas em conformidade com o art. 76 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.
- 16.20. Caso não seja possível o desconto nas formas previstas no 76, I e II, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, a unidade sancionadora deverá providenciar a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.
- 16.21. Quando for o caso de aplicação exclusiva de sanção de **advertência** ou **multa sancionatória**, realizar-se-á a apuração em processo sumário na forma prevista no art. 46 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.
- 16.22. Nas hipóteses em que seja possível a aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** ou **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, será instaurado **processo de responsabilização**, a ser conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis, na forma prevista no art. 48 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.
- 16.23. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133/2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69/2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846/2013.
- 16.24. A dosimetria da sanção será realizada em 3 (três) fases, obedecendo aos critérios previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.
- 16.25. A personalidade jurídica da **CESSIONÁRIA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CESSIONÁRIA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160 da Lei nº 14.133/2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69/2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846/2013.

- 16.26. A **CESSIONÁRIA** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da decisão definitiva de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

16.26.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

- 16.27. As **sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021 e no “CAPÍTULO X – DA REABILITAÇÃO” previsto na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

- 16.28. As intimações serão realizadas na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

17. DA VISTORIA TÉCNICA

- 17.1. Com vistas ao adequado dimensionamento e à elaboração consistente da proposta, é facultado, porém recomendável, ao licitante realizar vistoria prévia nas instalações da Procuradoria da República em Minas Gerais, a fim de conhecer o espaço físico destinado à implantação da lanchonete e obter as informações técnicas necessárias à execução do objeto contratual.
- 17.2. A vistoria deverá ser realizada por representante devidamente qualificado da empresa, mediante agendamento prévio junto ao Núcleo de Manutenção e Serviços Gerais da PRMG, pelo telefone (31) 2123-9149 ou pelo e-mail PRMG-NMSG@mpf.mp.br. O período para realização da vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital e encerrar-se-á no dia útil imediatamente anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

- 17.3. A **CEDENTE** emitirá, nos casos em que o solicitante realizar a vistoria, a **DECLARAÇÃO DE VISTORIA (ANEXO I-E)**, a fim de que não se possa alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades das dependências da sede relacionadas ao objeto deste termo.
- 17.4. A **CEDENTE** não acolherá reivindicações fundadas na alegação de desconhecimento das particularidades dos locais, bem como de outros aspectos inerentes à elaboração das especificações do fornecimento do objeto.
- 17.5. O ato de apresentação da proposta, pelos licitantes, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para esclarecer as características dos serviços que serão prestados e as condições estipuladas pelo edital e seus anexos.
- 17.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

18. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- 18.1. A **CESSIONÁRIA** adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do **CEDENTE** e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

19. DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

- 19.1. Em observância ao disposto nos arts. 174 e 175 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente Termo de Referência, bem como todos os atos e documentos da licitação e do contrato decorrente, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em formato aberto e legível por máquina.
- 19.2. Caberá à unidade responsável pela condução do certame promover o cadastramento e a atualização tempestiva das informações no PNCP, assegurando a rastreabilidade e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

transparência das contratações públicas.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. São partes integrantes deste Termo de Referência:

ANEXO I-A – Cardápio Básico de Fornecimento;

ANEXO I-B – Das Especificações;

ANEXO I-C – Da Higiene Ambiental;

ANEXO I-D – Pesquisa de Satisfação;

ANEXO I-E – Declaração de Vistoria;

ANEXO I-F – Declaração de Atendimento a Normas e Leis Específicas;

ANEXO I-G – Tabela de Multas;

ANEXO I-H - Minuta do contrato de cessão.

O presente termo foi elaborado por:

(assinado digitalmente)

Marinete Coelho da Silva Machado

NMSG/PRMG

(assinado digitalmente)

Maurício Passos Machado

NMSG/PRMG



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

(assinado digitalmente)

Leandro Thales Malacco Botelho

AGE/PRMG

De acordo:

(assinado digitalmente)

Marcela Sales Correia Paiva

Coordenadora de Administração/PRMG



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

ANEXO I-A

CARDÁPIO BÁSICO DE FORNECIMENTO

GRUPO 1				
ITEM	ALIMENTOS	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	DESCONTO	PREÇO UNITÁRIO COM DESCONTO (R\$)
1	Sanduíches preparados em sanduicheira ou chapa (misto quente/queijo quente)	R\$ 9,00		
2	Pão de queijo e biscoito de queijo	R\$ 5,25		
	SALGADOS			
3	Salgado simples	R\$ 7,00		
4	Salgado com catupiry	R\$ 8,75		
5	Salgados integrais	R\$ 12,00		
6	Pizza fatia	R\$ 8,75		
	BEBIDAS			
7	Suco natural	R\$ 10,00		
8	Vitaminas	R\$ 11,00		
9	Refrigerantes em lata	R\$ 6,75		
10	Suco em lata	R\$ 8,00		
PREÇO TOTAL DO GRUPO 1				



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

ANEXO I-B

DAS ESPECIFICAÇÕES

1. A **CESSIONÁRIA** deverá fornecer todos os móveis e equipamentos necessários ao preparo, armazenamento e acondicionamento dos alimentos, como: freezer, geladeira, micro-ondas, forno elétrico, fogão industrial, chapas industriais, fritadeiras, sanduicheiras, liquidificador, batedeira, processador de alimentos, prensas, armários, bancadas, máquina registradora, balcões e balcões térmicos.

1.1. Todos os equipamentos deverão possuir selo de eficiência energética do PROCEL/INMETRO.

1.2. Os bens deverão estar devidamente identificados, com descrição detalhada de suas características (quantitativo, espécie, peso e volume), devendo tais informações ser atualizadas sempre que houver alterações.

1.3. Os equipamentos serão submetidos à vistoria, conferência e aprovação pelo **CEDENTE**, sendo aceitos apenas aqueles de primeira qualidade e em perfeito estado de funcionamento.

2. A **CESSIONÁRIA** será integralmente responsável pelo fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, abrangendo o preparo de alimentos, limpeza e higienização dos ambientes, bem como o atendimento aos comensais, devendo tais itens estar disponíveis na data de início da execução contratual.

3. A **CESSIONÁRIA** deverá assegurar que os equipamentos elétricos utilizados sejam de baixo consumo de energia e estejam providos de instalações elétricas compatíveis, com fiação de capacidade e dimensionamento adequados ao seu pleno funcionamento.

4. O **CEDENTE** poderá, a qualquer tempo, solicitar a substituição de equipamentos, utensílios ou produtos que sejam considerados inadequados, prejudiciais às instalações ou que não atendam às necessidades do serviço.

5. A **CESSIONÁRIA** deverá disponibilizar mesas e cadeiras em quantidade suficiente para os usuários, sujeitas à aprovação do **CEDENTE**, sendo vedada a utilização de mobiliário dobrável ou de plástico, devendo ser respeitada exclusivamente a área previamente delimitada.

6. A **CESSIONÁRIA** deverá apresentar o “layout” do espaço, contendo a disposição



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

dos equipamentos, bem como a definição das áreas destinadas ao preparo, atendimento, circulação e acomodação dos usuários.

7. A **CESSIONÁRIA** será responsável pela execução da manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura civil e elétrica da área disponibilizada pelo **CEDENTE**, devendo, ao término do contrato, restituí-la nas mesmas condições em que foi recebida.

8. Qualquer modificação estrutural na área cedida dependerá de prévia e expressa autorização do **CEDENTE**.

9. Os alimentos deverão ser expostos e distribuídos em equipamentos adequados, tais como balcões refrigerados e aquecidos, observando-se rigorosamente as normas sanitárias, de higiene e de controle de pragas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

ANEXO I-C

DA HIGIENE AMBIENTAL

1. A **CESSIONÁRIA** deverá manter limpo, por seus próprios meios, o salão, persianas, bem como todas as demais dependências e instalações da lanchonete, no mais rigoroso padrão de higiene, limpeza e arrumação com o fornecimento de todos os materiais de limpeza, higienização e conservação, bem assim os equipamento necessários a sua execução.
2. A referida limpeza, higienização e conservação deverá ser realizada por empregado utilizando luva, avental, e adotando recomendações especificadas nas **Resolução RDC n 216 de 15/09/04** e **Resolução nº 52 de 29 de setembro de 2014**, executando as seguintes tarefas:
 - 2.1. recolher o lixo para os contêineres, devidamente acondicionado em sacos plásticos próprios, quantas vezes de fizer necessário, conforme normas técnicas de higiene, objetivando evitar a proliferação de vetores e pragas urbanas e a propagação de odores desagradáveis. As bandejas e/ou pratos com restos alimentares devem ser recolhidos, levados para locais adequados e os restos colocados em sacos de lixo apropriados e resistentes, de forma a evitar derramamento de chorume quando depositados nos contêineres;
 - 2.2. disponibilizar, no ambiente de preparo dos alimentos, coletores para acondicionamento de lixo providos de pedal e tampa específicos para cada tipo: lixo orgânico, metal, plástico e seco;
 - 2.3. adotar procedimentos de coleta seletiva de materiais na lanchonete, utilizando caixas coletoras nas cores: amarelo (metal), verde (vidro), vermelho (plástico) e azul (papel), as quais serão fornecidas pelo **CEDENTE**. O material descartado será recolhido e depositado nos contêineres localizados no Garagem de nível 3 (G3);
 - 2.4. usar papel toalha branco, de primeiro uso, descartável, no interior da cozinha e em outros locais em que ocorra a manipulação e preparo de alimentos;
 - 2.5. manter devidamente higienizados, com produtos clorados, os panos utilizados para higiene de piso, lavando-os em baldes, com água retirada da torneira do banheiro localizado ao lado da lanchonete, despejando a água suja no vaso sanitário. Fica proibida a lavagem de tais panos nas dependências da lanchonete;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

2.6. efetuar a substituição, sempre que necessário, das toalhas de mesa e do cobre-manchas da lanchonete;

2.7. a lavagem das toalhas de mesa ocorrerá por conta da **CESSIONÁRIA** e não poderá ser realizada nas dependências do **CEDENTE**.

3. A **CESSIONÁRIA** deverá efetuar o serviço de limpeza de acordo com os seguintes critérios:

3.1. DIARIAMENTE

3.1.1. observar, durante o horário das refeições, os aspectos de higiene, cuidando para que não haja resíduos de alimentos ou gorduras;

3.1.2. realizar limpeza geral de todas as dependências internas da lanchonete, conservando-as no mais rigoroso padrão de higiene, arrumação e segurança;

3.1.3. realizar limpeza geral de pias, sifões, torneiras, registros, trincos das portas e demais metais, cromados, utilizando produtos para cada tipo;

3.1.4. realizar limpeza geral dos móveis e equipamentos (mesas, cadeiras, carrinhos, balcões térmicos, fogões, cubas, mesa de inox e os utensílios e eletrodomésticos da cozinha, inclusive talheres, pratos e bandejas) com produtos adequados;

3.1.5. realizar lavagem geral e completa dos equipamentos, utensílios e dos pisos internos, evitando que o lixo venha a se acumular nos ralos, providenciando para tanto o fechamento destes quando da remoção do lixo.

3.2. SEMANALMENTE

3.2.1. realizar a lavagem e limpeza completa dos vidros internos, esquadrias, das paredes pintadas, teto, portas, rodapés e móveis com flanela úmida e detergente neutro.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

ANEXO I-D

PESQUISA DE SATISFAÇÃO - LANCHONETE DA PRMG

Julgue os seguintes aspectos de acordo com a sua satisfação.

Marque o número correspondente, sendo:

1 – MUITO INSATISFEITO

2 – INSATISFEITO

3 – NEUTRO

4 – SATISFEITO

5 – MUITO SATISFEITO

***NSA – Não se aplica, pois não posso julgar por nunca ter observado/experimentado.**

ITENS DA AVALIAÇÃO	NOTAS					NSA
	1	2	3	4	5	
Limpeza do ambiente						
Recolhimento de pratos, copos e talheres						
Cordialidade dos funcionários						
Rapidez no atendimento						
Identificação dos alimentos						
Qualidade e apresentação dos alimentos						
Sabor e tempero dos alimentos						
Disponibilidade de produtos do cardápio básico						
Disponibilidade, nas mesas, de guardanapo, maionese, mostarda, catchup, açúcar e adoçante						
Tele-entrega de lanches na sala						



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

Comentários:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

ANEXO I-E

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos, para fins de atendimento à recomendação dos dispositivos desta licitação em epígrafe, que vistoriamos as dependências da PRMG onde será realizada a ocupação de espaço físico, para fins de exploração comercial dos serviços de lanchonete no andar Pilotis da Procuradoria da República em Minas Gerais, estando inteirados das condições técnicas e do grau de dificuldade existente, não cabendo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento ou acréscimo de preço por falta de informação.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2026.

ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

Declaro que a empresa _____
realizou vistoria nas dependências da Procuradoria da República em Minas Gerais, no dia
_____ de _____ de 2026.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2026.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

ANEXO I-F

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A NORMAS E LEIS ESPECÍFICAS

Declaramos, para fins de atendimento à exigência da licitação em epígrafe, que a execução dos serviços objeto desta licitação seguirá rigorosamente as normas de industrialização e preparação de alimentos da ANVISA: Resoluções RDC nº 216 de 15/09/2004 e nº 52 de 29/09/2014 e suas alterações, que dispõem sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação, e as demais legislações pertinentes e aplicáveis.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2026.

ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO I-G



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

TABELA DE MULTAS

Para efeito de aplicação de multas, será considerado como base de cálculo o valor apurado nos últimos 2 (dois) meses a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica devido à **CESSIONÁRIA**. Para cada desconformidade observada será atribuído um grau e seu correspondente percentual, conforme tabela:

Gravidade	Valor da Multa
Leve	Valor correspondente a 5%
Média	Valor correspondente a 10%
Grave	Valor correspondente a 15%
Gravíssima	Valor correspondente a 20%

Desconformidade	Ocorrência	Gravidade
Manter funcionário(a) sem qualificação para a execução dos serviços.	Por empregado(a) e por dia	Média
Cobrar ou permitir que seja cobrada gorjeta pelos serviços.	Por ocorrência	Grave
Reutilizar gêneros preparados e não servidos, em cardápio de dia subsequente.	Por ocorrência	Grave
Utilizar as dependências da CEDENTE para fins diversos do objeto do contrato.	Por dia	Gravíssima
Servir, sem anuência prévia, bebida alcoólica, cigarros ou derivados nas dependências da CEDENTE .	Por ocorrência	Gravíssima
Servir alimento estragado ou fora da validade.	Por ocorrência	Gravíssima
Cobrar preços maiores do que os fixados no Cardápio exposto ou servir porções em quantidade/peso inferiores.	Por ocorrência	Gravíssima



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

Desconformidade	Ocorrência	Gravidade
Reincidir em ato punível com advertência, diverso dos especificados nesta tabela.	Por ocorrência	Leve
Deixar de manter preposto(a) ou empregado(a) qualificado(a) para responder perante a CEDENTE .	Por ocorrência	Média
Deixar de substituir empregado(a) que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com as atribuições.	Por empregado e por dia	Leve
Deixar de manter lista de preços (Cardápio) em lugar visível.	Por dia	Leve
Deixar de observar o cardápio mínimo.	Por dia	Leve
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do fiscal.	Por ocorrência	Média
Deixar de providenciar a limpeza, higienização e desinfecção das áreas e instalações utilizadas, após a notificação do órgão fiscalizador e no prazo determinado.	Por ocorrência	Média
Deixar de remover o lixo diariamente no final do expediente.	Por dia	Média
Deixar de manter documentação legal de, no mínimo, licenças, alvarás, autorizações, e outros que se fizerem necessários junto às autoridades competentes, para o funcionamento da lanchonete.	Por ocorrência	Grave
Deixar de disponibilizar pratos e talheres higienizados e em quantidade compatível com número previsto de usuários.	Por ocorrência	Leve
Deixar de cumprir horário de funcionamento da lanchonete, determinado pelo órgão fiscalizador.	Por ocorrência	Grave
Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	Por ocorrência	Gravíssimo
Deixar de refazer ou substituir, no todo ou em parte, os alimentos considerados impróprios para o consumo.	Por ocorrência	Gravíssimo
Deixar de disponibilizar os materiais, móveis, equipamentos e utensílios, incluindo acessórios e componentes, necessários à perfeita execução dos serviços, os quais deverão estar disponíveis na data prevista para o início do contrato.	Por item e por dia	Leve



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

Desconformidade	Ocorrência	Gravidade
Deixar de recolher os valores da taxa mensal referente ao rateio das despesas de água, energia elétrica e vigilância, no prazo estabelecido no item 13.2.	Por item e por mês	Média
PERMITIR:		
Presença de empregado(a) sem EPIs exigidos pela legislação, sem uniforme ou com uniforme incompleto.	Por empregado e por dia	Média



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

ANEXO I-H

MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

**CONTRATO DE CONCESSÃO NÃO
ONEROSA DE USO, A TÍTULO
PRECÁRIO, DAS DEPENDÊNCIAS DA
PRMG, PARA FINS DE EXPLORAÇÃO
COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE
LANCHONETE, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA
REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, E A
EMPRESA**

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**, situada na Avenida Brasil, nº 1877, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, neste ato representada por sua Secretária Regional, Sra. Esther Silva Barbosa, nomeada pela Portaria nº 336, de 5 de novembro de 2021, publicada no DOU nº 209, de 8 de novembro de 2021, portadora da matrícula funcional nº 18**4, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria nº 382, de 05 de maio de 2015, do Senhor Secretário Geral do MP, doravante denominada **CEDENTE** e, de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, doravante designada **CESSIONÁRIA**, neste ato representada por seu representante legal, Sr., tendo em vista o que consta no Processo nº 1.22.000.000018/2026-36, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a concessão não onerosa de uso, a título precário, de PRMG/NMSG



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

espaço físico situado nas dependências da Procuradoria da República em Minas Gerais, localizada na Avenida Brasil, nº 1877, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, para fins de exploração comercial dos serviços de lanchonete, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Para esse fim, será disponibilizada área total de 36,19 m², assim distribuída: 11,02 m² destinados à cozinha; 22,08 m² à área de atendimento, equipada com balcão em granito medindo 0,50 x 2,93; além dois depósitos, com áreas de 1,55 m² e 1,54 m², respectivamente.

1.3. A concessão não onerosa de uso do espaço não exime a **CESSIONÁRIA** da obrigação de fornecer, às suas expensas, todos os equipamentos e mobiliários necessários ao pleno funcionamento da lanchonete, observadas as especificações constantes do **ANEXO I-B** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta da **CESSIONÁRIA**;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato de concessão, podendo ser prorrogado por interesse das partes, mediante termo aditivo, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CESSIONÁRIA**, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa da **CESSIONÁRIA** informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a **CESSIONÁRIA** mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

2.3. A **CESSIONÁRIA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CESSIONÁRIA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.6. A **CESSIONÁRIA** terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, para iniciar suas atividades de exploração dos serviços de lanchonete nas dependências da Procuradoria da República em Minas Gerais, admitida prorrogação, a critério da Administração, mediante justificativa devidamente fundamentada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PECULIARIDADES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços deverão observar rigorosamente as normas higiênico-sanitárias aplicáveis à manipulação, industrialização, preparo e venda de alimentos, em especial as Resoluções nº 216, de 15/09/04, e nº 52, de 29/09/2014, da Anvisa, que dispõem sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.

3.2. A clientela será composta por membros e servidores do quadro de pessoal da Procuradoria da República em Minas Gerais e da Procuradoria Regional da República da 6ª Região, estagiários, empregados de empresas prestadoras de serviços e, de forma subsidiária, visitantes devidamente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

identificados e autorizados pelo **CEDENTE**.

3.3. Fica vedada a produção de alimentos para atender público diverso do constante no subitem acima.

3.4. Será permitida a comercialização de produtos não constantes no **ANEXO I-A** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital, desde que previamente autorizada pelo **CEDENTE**.

3.5. Os alimentos deverão ser preparados e servidos no mesmo dia de sua disponibilização, com adequada apresentação, observando-se rigorosos padrões de higiene e técnicas culinárias, com a utilização de gêneros alimentícios de primeira qualidade e procedência idônea.

3.6. É expressamente vedado o reaproveitamento de alimentos preparados em dias anteriores, sob qualquer hipótese.

3.7. Os alimentos deverão ser preparados com observância de critérios nutricionais que contribuam para a prevenção ou minimização de doenças crônicas não transmissíveis, especialmente aquelas de maior impacto em saúde pública, como obesidade, hipertensão arterial e diabetes.

3.8. No preparo dos lanches, não será permitida a utilização de produtos de fabricação caseira, devendo-se priorizar o uso de insumos de qualidade comprovada, preferencialmente oriundos de cultivo sem agrotóxicos, bem como evitar o uso de organismos geneticamente modificados.

3.9. Os alimentos quentes que não forem preparados no momento do consumo, tais como salgados fritos ou assados, deverão ser mantidos em balcões térmicos adequados, sendo permitido seu aquecimento em forno micro-ondas quando solicitado pelo usuário.

3.10. Os utensílios utilizados no serviço deverão consistir, preferencialmente, em pratos e xícaras de louça branca, talheres em aço inoxidável e copos de vidro, admitindo-se, alternativamente, o uso de materiais descartáveis, mediante solicitação do usuário.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

4.1. A prestação dos serviços de lanchonete deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, exceto nos dias em que não houver expediente na Instituição. O atendimento ao público será realizado no horário das 09h00 às 18h00, podendo ser alterado a critério da **CEDENTE**, mediante justificativa e comunicação prévia.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

4.2. O acesso e a saída dos empregados da **CESSIONÁRIA** poderão ocorrer em horários distintos daqueles destinados ao atendimento ao público, desde que compreendidos entre 08h00 e 20h00, exclusivamente para a realização de atividades preparatórias, tais como o preparo dos alimentos e a higienização do espaço.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A preparação dos alimentos poderá ser acompanhada por representante designado pela **CEDENTE**, em conjunto com profissional qualificado credenciado pela **CESSIONÁRIA**. As atividades de fiscalização serão realizadas sempre que a **CEDENTE** julgar pertinente, com o devido registro formal das ocorrências e orientações expedidas.

5.2. A fiscalização exercida pela **CEDENTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CESSIONÁRIA** quanto ao cumprimento das normas sanitárias e demais exigências legais, inclusive perante os órgãos de vigilância em saúde, permanecendo obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

5.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da **CEDENTE**, não eximirá a **CESSIONÁRIA** da responsabilidade integral pela adequada execução dos serviços contratados.

5.4. A fiscalização do contrato será exercida por servidor formalmente designado, a quem competirá acompanhar a execução contratual e verificar o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas.

CLÁUSULA SEXTA - DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE

6.1. A concessão de uso não onerosa para fins de exploração comercial dos serviços de lanchonete observará as seguintes condições:

6.1.1. **Serviço:** Preparação e comercialização de lanches em geral;

6.1.2. **Preços:** conforme estabelecido no **ANEXO I-A** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital, aplicando-se o desconto ofertado na licitação;

6.1.3. **Quantidade estimada:** aproximadamente 75 (setenta e cinco) lanches diários.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

6.2. Os lanches deverão ser preparados e servidos em conformidade com as especificações constantes do **ANEXO I-A** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital, admitindo-se a oferta de produtos adicionais, a substituição de itens indisponíveis no mercado ou a suspensão daqueles sem aceitação pelos clientes, mediante prévia autorização da **CEDENTE**.

6.3. A **CESSIONÁRIA** poderá disponibilizar serviço de entrega interna (“disque lanche”) durante todo o horário de funcionamento, para atendimento em quaisquer dependências da Procuradoria da República em Minas Gerais, observadas as seguintes condições: pedido mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais); prazo máximo de entrega de 30 (trinta) minutos, contado da finalização do pedido; inexistência de cobrança adicional; realização dos pedidos por telefone; e entrega de comanda ou recibo contendo o registro dos horários de atendimento e entrega. As entregas deverão ser realizadas por empregados da própria **CESSIONÁRIA**.

6.4. Para a entrega de lanches líquidos solicitados por meio do serviço de “disque lanche”, deverá ser utilizado o elevador de serviço. O uso de elevadores sociais será admitido apenas quando os produtos estiverem devidamente acondicionados, cabendo à **CESSIONÁRIA** a responsabilidade por quaisquer ocorrências decorrentes dessa utilização.

6.5. A presente concessão assegura exclusividade à **CESSIONÁRIA** apenas no âmbito da lanchonete, não se estendendo aos demais setores ou eventos realizados pela PRMG, nem à alimentação trazida ou adquirida de terceiros por membros, servidores, estagiários ou prestadores de serviços.

6.6. A utilização do espaço concedido à **CESSIONÁRIA** será restrita à execução dos serviços previstos no objeto, salvo autorização prévia e expressa da **CEDENTE**, em caráter excepcional e desde que não haja prejuízo ao funcionamento regular da lanchonete.

6.7. A **CESSIONÁRIA** deverá manter, diariamente, a oferta mínima de: 3 (três) opções de sanduíches preparados na chapa ou sanduicheira (incluindo ao menos uma opção integral), salgados diversos, pão de queijo, sucos naturais e vitaminas, sucos industrializados, refrigerantes e outras bebidas industrializadas, conforme previsto no **ANEXO I-A** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital.

6.8. Em razão da baixa aceitação e da elevada perecibilidade, não será obrigatória a disponibilização de sanduíches naturais no cardápio básico, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

- 6.9. O pagamento dos produtos será realizado diretamente pelo cliente à **CESSIONÁRIA**, não cabendo à **CEDENTE** qualquer responsabilidade ou intermediação nesse processo.
- 6.10. Os preços máximos autorizados constam do **ANEXO I-A** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital, e foram definidos com base em pesquisa de mercado realizada em estabelecimentos localizados em Belo Horizonte/MG, conforme metodologia descrita no Estudo Técnico Preliminar.
- 6.11. A tabela de preços de todos os produtos listados no **ANEXO I-A** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital, já contemplando o desconto ofertado na licitação, deverá ser afixada em local visível ao público, admitindo-se reajuste anual com base no **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, após o prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado realizado pela **CEDENTE**, em **30/03/2026**.
- 6.12. A inclusão de novos produtos dependerá de prévia aprovação da **CEDENTE**, devendo seus preços observar os valores praticados no mercado.
- 6.13. A **CESSIONÁRIA** deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes formas de pagamento: PIX, cartão de débito e cartão de crédito, bem como manter numerário em espécie suficiente para fornecimento de troco aos clientes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. A **CESSIONÁRIA** pagará mensalmente à **CEDENTE** valor correspondente ao rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica, mediante a aplicação do percentual abaixo especificado sobre os valores totais das faturas mensais do edifício-sede da Procuradoria da República em Minas Gerais:

7.1.1. Incidência de **0,50% (cinquenta centésimos por cento)** sobre os valores totais das despesas com **energia elétrica, água e vigilância** custeadas pela PRMG, cujos valores estimados, com base nas faturas recentes, correspondem, respectivamente, a R\$ 275,70, R\$ 40,07 e R\$ 327,10, totalizando o montante estimado mensal de R\$ 642,87 (seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos);

7.1.2. O valor estimado mensal do rateio das despesas do edifício é de R\$ 642,87 (seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos), perfazendo o montante anual



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

estimado de R\$ 7.714,48 (sete mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e oito centavos);

7.1.3. Os valores efetivamente devidos a título de rateio serão apurados com base nas faturas vencidas no mês imediatamente anterior, conforme informado pela **CEDENTE**.

7.2. O pagamento à **CEDENTE**, correspondente ao rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica, deverá ser efetuado até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencimento da respectiva fatura.

7.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos por parte da **CESSIONÁRIA**, desde que a **CEDENTE** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela **CESSIONÁRIA**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, em que:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = índice de atualização financeira, correspondente a 0,0001643.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. Os preços das bebidas e dos alimentos inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado realizado pela **CEDENTE**, em **30/03/2026**.

8.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no subitem anterior, a **CEDENTE** deverá iniciar o procedimento para reajuste dos preços iniciais, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, cientificando a **CESSIONÁRIA** do início da instrução.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. Não iniciado o procedimento de reajuste pela **CEDENTE**, compete à **CESSIONÁRIA**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a **CESSIONÁRIA** suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

8.5. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no subitem 8.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da **CESSIONÁRIA**, de percentual a ser reajustado.

8.6. Em caso de ausência de manifestação da **CESSIONÁRIA** sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pela **CEDENTE**.

8.7. Independentemente do requerimento de reajuste de preços, a **CEDENTE** verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos preços em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores contratuais vigentes.

8.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, os preços serão reajustados pela última variação conhecida, devendo a diferença ser reajustada tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.9. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço, por meio de termo aditivo.

8.11. O reajuste será realizado por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

9.1. Responsabilizar-se por todos e quaisquer serviços de instalação, montagem e adequação necessários ao início das atividades da lanchonete, bem como por aqueles que se fizerem necessários durante a vigência contratual, mediante prévia autorização da **CEDENTE**.

9.2. Compor e manter equipe de trabalho suficiente e qualificada para a adequada execução dos serviços, assegurando o atendimento durante todo o horário de funcionamento, com observância dos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

padrões de qualidade exigidos, devidamente uniformizada e equipada com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme a Norma Regulamentadora nº 6 (NR-06).

9.3. Responsabilizar-se pelos danos, de qualquer natureza, causados a seus empregados, a terceiros ou ao patrimônio da **CEDENTE**, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome atuar.

9.4. Manter, na execução dos serviços, apenas empregados regularmente contratados, com idoneidade moral e qualificação profissional compatível, apresentando à **CEDENTE**, **sempre que solicitado**, os comprovantes de recolhimento de FGTS e INSS, cópia da folha de pagamento, comprovante do pagamento de todos os encargos trabalhistas e benefícios referentes ao mês anterior ao da prestação dos serviços e comprovantes da regularidade fiscal da empresa junto ao INSS, FGTS e Fazenda Federal.

9.5. Substituir imediatamente, sempre que exigido pela **CEDENTE**, independentemente de justificativa, qualquer empregado cuja conduta, desempenho ou permanência seja considerada prejudicial ou inconveniente ao serviço, devendo o substituto possuir qualificação profissional compatível.

9.6. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais decorrentes da execução contratual.

9.7. Fornecer 2 (dois) cilindros de gás GLP de 45 kg, cujos custos serão rateados entre **CEDENTE** e **CESSIONÁRIA**, conforme medição mensal.

9.8. Disponibilizar funcionário para acompanhar os fornecedores ou visitantes solicitados pela **CESSIONÁRIA**, nas dependências do PRMG.

9.9. Assegurar o cumprimento dos padrões de qualidade estabelecidos pela **CEDENTE**.

9.10. Manter seus empregados uniformizados, bem como garantir o uso dos EPIs quando exigido.

9.11. Assegurar que seus empregados utilizem vestimentas adequadas ao ambiente de trabalho, vedado o uso de trajes incompatíveis com o decoro profissional, observando padrões de higiene, apresentação pessoal e adequação visual compatíveis com serviços de alimentação.

9.12. Afastar imediatamente qualquer empregado que se apresente sem uniforme, sem EPI, sem identificação funcional (crachá), que dificulte a fiscalização ou que prejudique o bom andamento dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

serviços, ou cuja permanência na área seja julgada inconveniente.

9.13. Cumprir integralmente as especificações constantes do **ANEXO I-B** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital, bem como as normas de higiene ambiental previstas no **ANEXO I-C** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital.

9.14. Responsabilizar-se pelo adequado recolhimento e descarte dos resíduos gerados, em conformidade com o disposto no **ANEXO I-C** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital.

9.15. Arcar mensalmente com o pagamento proporcional dos custos de água, energia elétrica e vigilância, a título de rateio das despesas, nos termos estabelecidos neste contrato.

9.16. Observar integralmente a legislação sanitária vigente, responsabilizando-se por eventuais autuações, penalidades ou danos causados aos usuários em decorrência dos produtos fornecidos, sendo considerada falta grave a interdição da lanchonete por quaisquer irregularidades.

9.17. Comunicar formalmente ao fiscal do contrato, de maneira detalhada, qualquer ocorrência relevante, inclusive acidentes ou alterações na rotina de execução dos serviços.

9.18. Abster-se de comercializar ou fornecer bebidas alcoólicas, cigarros ou produtos correlatos nas dependências da **CEDENTE**, salvo mediante autorização expressa.

9.19. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do contrato.

9.20. Providenciar, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ao exercício de suas atividades.

9.21. Fornecer, às suas expensas, todo o mobiliário, equipamentos e utensílios necessários ao pleno funcionamento da lanchonete.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

10.1. Exercer a fiscalização da execução contratual, atestando os serviços prestados pela **CESSIONÁRIA**.

10.2. Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

10.3. Realizar, semestralmente, pesquisa de satisfação junto a, no mínimo, 50 (cinquenta) usuários



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

dos serviços de lanchonete, adotando escala de avaliação de 0 (zero) a 100 (cem), cuja média aritmética corresponderá ao índice de satisfação do usuário, conforme **ANEXO I-D** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital.

10.4. Encaminhar à gestão de contratos da PRMG o índice de satisfação dos usuários apurado na forma do subitem anterior.

10.5. Prestar, em tempo hábil, os esclarecimentos necessários à adequada execução dos serviços.

10.6. Notificar, por escrito e com a devida antecedência, quaisquer ocorrências relacionadas à execução contratual (multas, danos causados, índice de satisfação dos usuários inferior a 70 e outros).

10.7. Realizar inspeções periódicas nas dependências da cozinha e da lanchonete, com o objetivo de verificar as condições de higiene, o adequado manuseio e preparo dos alimentos, o asseio dos profissionais, bem como a organização e limpeza das instalações, determinando a imediata adoção das medidas corretivas cabíveis.

10.8. Solicitar, sempre que necessário, a realização de inspeções por órgãos oficiais competentes, a fim de verificar as condições sanitárias da lanchonete.

10.9. Comunicar, com a antecedência necessária, eventuais alterações nos horários de funcionamento da lanchonete, bem como a realização de eventos que possam impactar o fornecimento de lanches.

10.10. Manter canal institucional para o recebimento de manifestações, sugestões ou denúncias relativas à execução do contrato, por meio de endereço eletrônico ou outra ferramenta institucional disponível, assegurando seu tratamento pelo fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

11.1. A **CESSIONÁRIA** adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da **CEDENTE** e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

13.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023, que dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União.

14.2. A **multa de mora** possui natureza cível e se distingue da **multa sancionatória** prevista no art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A aplicação da **multa de mora** não impedirá que a Administração a converta em **multa compensatória** e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021. Nesse caso, a multa compensatória constitui o valor mínimo da indenização devida, cabendo indenização suplementar sempre que o montante da multa não for suficiente para assegurar a reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

14.4. O atraso injustificado na execução contratual sujeitará a **CESSIONÁRIA** à **multa de mora**, no percentual de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso** sobre o valor devido à **CESSIONÁRIA**, no mês anterior, a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica, correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20 (vinte) dias.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

14.5. A **mora da obrigação principal** configura a infração do art. 155, VII, da Lei nº 14.133/2021 (ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado) a partir do 20º (vigésimo) dia de atraso.

14.6 A **mora das obrigações secundárias** configura a infração do art. 155, I, da Lei nº 14.133/2021 (dar causa à inexecução parcial do contrato) a partir do 20º (vigésimo) dia de atraso.

14.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias das obrigações autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme previsto no art. 137, I, da Lei n. 14.133/2021.

14.8. As **multas contratuais** encontram-se previstas no **ANEXO I-F** do Termo de Referência nº 11/2026, anexo ao Edital, possuem natureza cível e se distinguem da **multa sancionatória**.

14.9. A **CESSIONÁRIA** será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.10. Serão aplicadas à **CESSIONÁRIA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 14.10.1. **Advertência**, quando a **CESSIONÁRIA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

14.10.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 14.9 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

14.10.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 14.9 deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

14.10.4. **Multa Sancionatória** (art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021), quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 14.9 deste contrato, a ser calculada na forma do subitem 14.11, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14.11. Serão observados os seguintes critérios para a quantificação da multa sancionatória, no caso das infrações previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 14.9 deste contrato:

14.11.1. **dar causa à inexecução parcial do contrato: 0,5% a 10%** do valor anual estimado devido à **CESSIONÁRIA** a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica;

14.11.2. **dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: 10% a 20%** do valor anual estimado devido à **CESSIONÁRIA** a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica;

14.11.3. **dar causa à inexecução total do contrato: 20% a 30%** do valor anual estimado devido à **CESSIONÁRIA** a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica;

14.11.4. **ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado: 0,5% a 30%** do valor anual estimado devido à **CESSIONÁRIA** a título de rateio das despesas de vigilância, água e energia elétrica.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

14.12. Os limites mínimo ou máximo estabelecidos no subitem 14.11 deste contrato não poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria da sanção previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

14.13. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pela **CESSIONÁRIA**, a incidência das seguintes situações, conforme art. 21, §1º, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023:

- a) alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

14.14. Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil em razão da demora, segundo parecer da área demandante, restará configurada inexecução contratual.

14.15. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CEDENTE**.

14.16. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.17. As **multas contratuais**, de natureza cível, tal como a **multa de mora**, poderão ser cobradas por meio de **processo sumário específico**, possibilitando prazo razoável para a defesa, motivação da decisão e possibilidade de pedido de reconsideração e recurso, conforme disposto no art. 83 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

14.18. Quando a multa de mora e outras penalidades contratuais, de natureza cível, forem conexas com infração administrativa, poderá seu processo e aplicação ser feita no mesmo processo, salvo quando inconveniente em razão da demora ou da sua complexidade.

14.19. Tanto as multas contratuais e a multa de mora, de natureza cível, quanto as multas sancionatórias do art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021, serão cobradas em conformidade com o art. 76 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

14.20. Caso não seja possível o desconto nas formas previstas no 76, I e II, da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, a unidade sancionadora deverá providenciar a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

14.21. Quando for o caso de aplicação exclusiva de sanção de **advertência** ou **multa sancionatória**, realizar-se-á a apuração em **processo sumário** na forma prevista no art. 46 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

14.22. Nas hipóteses em que seja possível a aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** ou **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, será instaurado **processo de responsabilização**, a ser conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis, na forma prevista no art. 48 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

14.23. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133/2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69/2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846/2013.

14.24. A dosimetria da sanção será realizada em 3 (três) fases, obedecendo aos critérios previstos na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

14.25. A personalidade jurídica da **CESSIONÁRIA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de

PRMG/NMSG



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

fato ou de direito, com a **CESSIONÁRIA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160 da Lei nº 14.133/2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69/2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846/2013.

14.26. A **CESSIONÁRIA** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da decisão definitiva de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

14.27. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.28. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021 e no “CAPÍTULO X – DA REABILITAÇÃO” previsto na Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

14.29. As intimações serão realizadas na forma da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a **CEDENTE**, quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CESSIONÁRIA** pela **CEDENTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

15.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

15.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito da **CEDENTE** e à aplicação das penalidades cabíveis.

15.7. A **CEDENTE** poderá conceder prazo para que a **CESSIONÁRIA** regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a **CESSIONÁRIA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade **CEDENTE** ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

nº 14.133, de 2021.

16.2. A **CESSIONÁRIA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CEDENTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.6. Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da **CEDENTE**, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela **CEDENTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à **CEDENTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

TERMO DE REFERÊNCIA 11/2026 - NMSG

**CONCESSÃO NÃO REMUNERADA DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE ESPAÇO FÍSICO DA
PRMG PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS DE LANCHONETE**

PGEA - 1.22.000.000018/2026-36

12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Belo Horizonte/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato, assinado na forma eletrônica pelas partes.

Belo Horizonte, (ver data das assinaturas eletrônicas).

CEDENTE:

(assinatura eletrônica)

Esther Silva Barbosa

Secretária Regional

Procuradoria da República em Minas Gerais

CESSIONÁRIA:

(assinatura eletrônica)

Representante Legal

Empresa



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

ANEXO II

Formulário de Orçamento e Declarações

À Procuradoria da República em Minas Gerais

Empresa: _____ CNPJ: _____

Inscrição Estadual: _____

Endereço: _____ Nº _____

Complemento: _____ CEP: _____ Cidade/UF: _____

Fone: _____ e-mail: _____

Dados bancários: Ag.: _____ Conta: _____ Banco: _____

ESPECIFICAÇÃO

Item	Alimentos	Valor Unitário Máximo (R\$)	Desconto	Valor Unitário Com Desconto (R\$)
1	Sanduíches preparados em sanduicheira ou chapa (misto quente/queijo quente)	R\$ 9,00		
2	Pão de queijo e biscoito de queijo	R\$ 5,25		
Salgados				
3	Salgado simples	R\$ 7,00		
4	Salgado com catupiry	R\$ 8,75		
5	Salgados integrais	R\$ 12,00		
6	Pizza fatia	R\$ 8,75		
Bebidas				
7	Suco natural	R\$ 10,00		
8	Vitaminas	R\$ 10,00		
9	Refrigerantes em lata	R\$ 6,75		
10	Suco em lata	R\$ 8,00		
VALOR TOTAL				

Validade da proposta: ____/____/____

Garantia dos serviços: _____



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

DECLARAMOS, EXPRESSAMENTE:

1. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP 172/2017

Nos termos Resolução nº 39/2009 alterada pela Resolução nº 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal:

() O quadro societário desta empresa não possui cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, consoante Resolução nº 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

() O quadro societário desta empresa possui, cônjuge(s), companheiros(as) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome do Membro/Servidor: _____

Cargo: _____

Órgão de Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

2. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTOJUVENIL E NÃO DISCRIMINAÇÃO (REGULARIDADE SOCIAL):

() Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

() Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;

• o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

() Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

3. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS

Estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO 2/2026**. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Local e data : _____

Assinatura/Cargo do representante da empresa



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS**

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA
ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº, sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente no **PREGÃO ELETRÔNICO 2/2026**, realizado pela Procuradoria da República em Minas Gerais, **DECLARA** que, no ano-calendário de realização do presente certame, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA

Empresa Licitante (responsável: nome, cargo e assinatura)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL
(Redação dada pela IN RFB nº 1.244, de 30 de janeiro de 2012)

Ilmo. Sr.

Procuradoria da República em Minas Gerais

_____,
endereço: _____, inscrita
no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à **(Procuradoria da República em Minas Gerais)**, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, **que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

cumprir as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____(Local), _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Responsável